



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**

HABEAS CORPUS Nº: 0201292-6

202

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 226.2009.005574-0

COMARCA : Olinda - 1ª Vara Criminal  
IMPETRANTE : Fernanda Marques Cornélio - Defensora Pública  
PACIENTE : Paulo Barros da Silva  
PROCURADORA : Drª. Eleonora de Souza Luna  
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira

**EMENTA:**

5534  
PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. FLAGRANTE. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 64/STJ. LIBERDADE PROVISÓRIA. VEDAÇÃO LEGAL. NORMA ESPECIAL. INTELIGÊNCIA DO ART.44, DA LEI Nº 11.343/06. REVOGAÇÃO DA VEDAÇÃO CONTIDA NA LEI DOS CRIMES HEDIONDOS. LEI DE CARÁTER GERAL. IMPEDIMENTO LEGAL MANTIDO. DENEGAÇÃO DO PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA EMBASADA NA NECESSIDADE DE DECRETAÇÃO DA PREVENTIVA PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. REITERAÇÃO DELITIVA. GRAVIDADE CONCRETA DO CRIME. PERICULOSIDADE DO RÉU. COAÇÃO ILEGAL. INOCORRÊNCIA. ORDEM DENEGADA.

I - Os prazos para a formação da culpa não são peremptórios, podendo ser dilatados, desde que não extrapolados os limites da razoabilidade, não havendo falar em constrangimento ilegal por excesso prazal, quando a defesa houver concorrido para retardar a marcha do processo. Inteligência da Súmula nº 64/STJ. Precedentes do STJ.

II - A proibição de concessão do benefício de liberdade provisória para os autores do crime de tráfico ilícito de entorpecentes está prevista no art. 44 da Lei nº 11.343/06, que é, por si, fundamento suficiente por se tratar de norma especial em relação ao parágrafo único, do art. 310, do CPP e à Lei dos Crimes Hediondos, com sua nova redação dada pela Lei nº 11.464/2007. Precedentes do S.T.F. e do S.T.J.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**



203

III - A possibilidade concreta de reiteração de prática delitiva, afigura-se, por si só, como fundamento idôneo para denegar a liberdade provisória. Precedentes do do S.T.J.

IV - Ordem denegada à unanimidade.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº 0201292-6 no qual figuram como partes as retronominadas; **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 10 de Fevereiro de 2010.

  
**Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira**  
**Presidente/Relatora**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**

204

**HABEAS CORPUS Nº: 0201292-6**

**AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 226.2009.005574-0**

**COMARCA** : Olinda -- 1ª Vara Criminal  
**IMPETRANTE** : Fernanda Marques Cornélio -- Defensora Pública  
**PACIENTE** : Paulo Barros da Silva  
**PROCURADORA** : Drª. Eleonora de Souza Luna  
**RELATORA** : Desª. Alderita Ramos de Oliveira

**RELATÓRIO**

A defensora pública **Fernanda Marques Cornélio** impetrou ordem de *Habeas Corpus* liberatório, com pretensão liminar, em favor de **PAULO BARROS DA SILVA**, qualificado na atrial (fls.02), alegando que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal em face do **excesso de prazo** verificado para o encerramento da instrução criminal no âmbito do processo-crime nº **226.2009.005574-0** a que responde perante o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Olinda, neste Estado, como incurso nas sanções do art.33<sup>1</sup>, da Lei 11.343/06 e do art.14<sup>2</sup>, da Lei 10.826/03, sob a alegação de que o acusado se encontra preso em flagrante delito desde **31/07/2009**, sem que tenha, até a data da presente impetração, uma definição da sua situação jurídico-penal.

Além disso, a impetração se insurge contra o indeferimento da **liberdade provisória**, em face da ausência dos requisitos autorizadores da prisão preventiva.

À inicial foram acostados os documentos de fls.14/44.

<sup>1</sup> **Tráfico ilícito de entorpecentes**

**Art. 33.** Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

**Pena** - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

<sup>2</sup> **Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido**

**Art. 14** - Portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

**Pena** - reclusão, 02 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
205

As fls.60/61, indeferi a postulação liminar, solicitando informações à autoridade indigitada coatora, que as prestou às fls.65/66.

Nesta Instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dr<sup>a</sup>. Eleonora de Souza Luna, ofereceu parecer às fls.70/73, opinando pela denegação da ordem.

Está feito o relatório.

Recife, 10 de Fevereiro de 2010.

  
Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

HABEAS CORPUS Nº: 0201292-6

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 226.2009.005574-0

COMARCA : Olinda - 1ª Vara Criminal  
IMPETRANTE : Fernanda Marques Cornélio - Defensora Pública  
PACIENTE : Paulo Barros da Silva  
PROCURADORA : Drª. Eleonora de Souza Luna  
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira

**VOTO**

A presente impetração persegue o relaxamento da prisão em flagrante delito, em face do excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal, aduzindo, ainda, que o paciente faz jus à liberdade provisória.

Razão não assiste à impetrante.

O MM. Juíza processante, Drª Fábيا Amaral de Oliveira Melo, ao prestar informações, mediante ofício datado de 26/01/2010, esclarece que (fls.65/66):

*"(...) Prestando informações requisitadas, informo que o paciente foi denunciado pela prática do art.33 da Lei 11.343/06 e art.14 da Lei 10.826/03. Consta na denúncia que no dia 31 de julho de 2009, por volta das 11:30 h, na Rua Giriquiti, Peixinhos, nesta cidade, policiais militares que realizavam ronda de rotina abordaram o denunciado, constatando que estava em seu poder um revólver calibre 38, quatro munições de mesmo calibre, e treze invólucros plásticos contendo 'crack', com massa bruta de 6,899kg (seis gramas e oitocentos e noventa e nove miligramas), razão pela qual foi autuada em flagrante delito. Em interrogatório policial o ora paciente confessou as práticas delitivas, declarando que usava a arma para sua porteção e que pretendia vender cada pedra de crack pelo valor de R\$ 10,00, informando ainda que há cerca de um ano a traficância; que adquiriu a arma de fogo na Feira de Peixinhos pelo valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) e que comprava 500g (quinhentos gramas) de crack a uma pessoa que passava em um táxi nas proximidades da Favela Burra Nua, no bairro de Peixinhos. Despacho em*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

**03.09.09 determinando a notificação do acusado para fins do art.55 da Lei 11.343/06. (...) Em razão da inércia do acusado, que foi devidamente notificado para apresentação de defesa, foi-lhe nomeado Defensor Público em 09.11.09. Defesa Preliminar em 17.11.09. Perícia Físico-Química concluindo que o material trata-se de 'crack'. Os autos foram à conclusão em 09.12.09, tendo a magistrada recebido a denúncia em 16.12.09, mesmo ato em que designou audiência de instrução e julgamento para o dia 31.05.10, às 15:00 horas, inexistindo pauta vaga anterior em razão do exercício cumulativo da magistrada, titular da 3ª Vara Criminal desta comarca, havendo necessidade de compatibilizar as pautas de audiências das duas varas (...)." (DESTAQUEI)**

Cumpre assinalar, por pertinente, que os prazos para a formação da culpa não são peremptórios, podendo ser dilatados, desde que não extrapolados os limites da razoabilidade, o que, a meu ver, é o caso dos autos.

Cuido que, no caso em apreço, o próprio paciente concorreu para o retardo na marcha processual, visto que, mesmo após ser notificado, manteve-se inerte por mais de dois meses, sem apresentar sua defesa prévia, circunstância que contribuiu sobremaneira para a demora na conclusão do processo, o que afasta a alegação de coação ilegal, consoante verbete sumular, a saber:

**"Súmula 64/STJ – NÃO CONSTITUI CONSTRANGIMENTO ILEGAL O EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO, PROVOCADO PELA DEFESA".**

Nesse sentido, socorre-nos julgado oriundo do S.T.J., do teor seguinte:

**"Em tema de prazo para o encerramento da instrução criminal, para além de vigorar o princípio da razoabilidade, segundo o qual os termos legais devem ser considerados segundo as peculiaridades do processo, somente há de se o declarar injustificado quando para ele não tenha concorrido a defesa (Intelecção do enunciado nº 64 da súmula do STJ). Ordem denegada." (HC 22.545/PE, Rel.**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Ministro HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA,  
julgado em 15.10.2002, DJ 23.06.2003 p. 446)

Bem de ver que, o que importa é que a magistrada da instância primária, após o recebimento da denúncia, designou data para a realização da audiência de instrução e julgamento.

Assim, não vislumbro a configuração do alardeado excesso prazal, ao menos até o presente momento.

De igual modo, não se deve dar guarida ao pleito mandamental, no referente à alegação de que o paciente faz jus à liberdade provisória.

Preambularmente, cumpre esclarecer que o legislador ordinário, reiterando o seu pensamento consignado na Lei dos Crimes Hediondos, ao editar a nova Lei de Tóxicos – Lei nº 11.343/2006, vedou expressamente a concessão de liberdade provisória ou fiança, *in verbis*:

**"Art. 44. Os crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1.º, e 34 a 37 desta Lei são inafiançáveis e insuscetíveis de sursis, graça, indulto, anistia e liberdade provisória, vedada a conversão de suas penas em restritivas de direitos."**

Releva notar, por pertinente, que esta Terceira Câmara Criminal, em casos idênticos, firmou a convicção de que as alterações implementadas pela Lei nº 11.464/2007, que modificaram dispositivos da Lei nº 8.072/90, afastando o óbice legal à concessão da liberdade provisória nas hipóteses de cometimento de crime hediondo, não se aplicam ao caso específico do delito de tráfico ilícito de entorpecentes, que tem disciplinamento próprio.

Nesse sentido, trago à colação o seguinte julgado :

**"A proibição de concessão do benefício de liberdade provisória para os autores do crime de tráfico ilícito de entorpecentes está prevista no art. 44 da Lei nº 11.343/06, que é, por si, fundamento suficiente por se tratar de norma especial especificamente em relação ao parágrafo**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**

*único, do art. 310, do CPP. Além do mais, o art. 5º, XLIII, da Carta Magna, proibindo a concessão de fiança, evidencia que a liberdade provisória pretendida não pode ser concedida. IV - Writ conhecido em parte e, nessa extensão, denegada a ordem. Decisão unânime.” (HC nº 169943-6, TJPE- 3ªCCrim, julgado em 04/06/2008)*

Com efeito, a Lei nº 11.343/06, por disciplinar matéria específica, dizente exclusivamente aos crimes de tráfico ilícito de entorpecentes, é **especial** em relação à Lei dos Crimes Hediondos, que alcança outras espécies penais, não se verificando, por tal motivo, qualquer antinomia no sistema jurídico, à luz do brocardo *lex specialis derogat legi generali*, circunstância que impõe o indeferimento da pretensão almejada pelo paciente.

Corroborando as razões ora esposadas, socorre-nos julgado oriundo do Supremo Tribunal de Justiça, cuja ementa transcrevo, *in verbis*:

*“O STF tem adotado orientação segundo a qual há proibição legal para a concessão da liberdade provisória em favor dos sujeitos ativos do crime de tráfico ilícito de drogas (art. 44, da Lei nº 11.343/06), o que é fundamento para o indeferimento do requerimento de liberdade provisória (norma especial em relação àquela contida no art. 310, parágrafo único, do CPP). Nem a redação conferida ao art. 2, II, da Lei nº 8.072/90, pela Lei nº 11.464/07, prepondera sobre o disposto no art. 44, da Lei nº 11.343/06, eis que esta se refere explicitamente à proibição da concessão de liberdade provisória em se tratando de crime de tráfico ilícito de substância entorpecente.” (Hc 92495/PE, STF -- 2ª Turma, rel.Minª. Ellen Grace, julgado em 27/5/2008, DOU nº 107, publicado em 12/06/2008).*

A propósito, sobre o tema, recentemente o Superior Tribunal de Justiça encampando entendimento firmado pelo Excelso Pretório, assim decidiu:

*“Na linha do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, a vedação expressa do benefício da liberdade*

67





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

**provisória aos crimes de tráfico ilícito de entorpecentes, disciplinada no art. 44 da Lei n.º 11.343/06 é, por si só, motivo suficiente para impedir a concessão da benesse ao réu preso em flagrante por crime hediondo ou equiparado, nos termos do disposto no art. 5.º, inciso LXVI, da Constituição Federal, que impõe a inafiançabilidade das referidas infrações penais. Ordem denegada.” (HC 101.314/PR, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 22.04.2008, DJ 12.05.2008 p. 1)**

E mais:

**“A vedação de concessão de liberdade provisória, na hipótese de acusados da prática de tráfico ilícito de entorpecentes, encontra amparo no art. 44 da Lei 11.343/06 (nova Lei de Tóxicos), que é norma especial em relação ao parágrafo único do art. 310, do CPP e à Lei de Crimes Hediondos, com a sua nova redação dada pela Lei 11.464/2007. Referida vedação legal é, portanto, razão idônea e suficiente para o indeferimento da benesse, de sorte que prescinde de maiores digressões a decisão que indefere o pedido de liberdade provisória, nestes casos. Ordem denegada.” (HC 87.018/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 22.04.2008, DJ 19.05.2008 p. 1)**

Assim, com amparo nos precedentes e nos entendimentos ora apresentados, tenho que a vedação expressa do benefício da liberdade provisória aos crimes de tráfico ilícito de entorpecentes, disciplinada no art. 44, da Lei nº 11.343/06, é, por si só, motivo suficiente para impedir a concessão da benesse.

Além do mais, forçoso reconhecer que a togada monocrática, ao negar ao paciente o benefício libertário ora perseguido, arrimou-se não apenas na vedação legal aplicável à espécie, mas também na gravidade específica do caso, consubstanciada na concreta possibilidade de reiteração criminosa, tomando por base a confissão do acusado, no sentido de que o mesmo praticou outros delitos, notadamente o de tráfico ilícito de entorpecente, senão, vejamos (fls.44/44-verso):



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

211

" (...) pelas próprias palavras do réu, percebe-se que o mesmo é contumaz na prática da mercancia de entorpecentes, já havendo um ano que pratica a venda de crack. A conduta apontada ao acusado revela-se de extrema gravidade e demonstra que tem personalidade voltada para o cometimento de ilícitos, destituído de qualquer senso de periculosidade e lesão de suas ações. O comportamento supostamente atribuído ao réu revela que é capaz de repetir a mesma ação, com comprometimento de mais pessoas no mundo do vício. A garantia da ordem pública se faz presente, assim, como requisito autorizador da constrição cautelar do acusado. A sua liberdade traz risco à segurança social, traduzido na possibilidade de cometimento de novos ilícitos, contribuindo de maneira voraz ao clima de intranquilidade e insegurança por que passa a sociedade e atentando frontalmente à saúde pública (...)."

Vê-se, pois, a demonstração de circunstância concreta que, por si só, denota evidente periculosidade a justificar a manutenção do cárcere cautelar, inviabilizando a concessão da liberdade provisória, em face do perigo concreto que o delito em exame proporciona à toda sociedade, como bem frisou o Juízo a quo, ressaltando o risco à ordem pública decorrente da prática de delitos desse jaez.

A decisão impugnada apresenta fundamentação idônea, demonstrando concretamente a necessidade da custódia cautelar, circunstância que, por si só, constitui óbice à concessão da liberdade provisória, ex vi do disposto no parágrafo único<sup>3</sup>, do art. 310, do CPP.

<sup>3</sup> Art. 310. Quando o juiz verificar pelo auto de prisão em flagrante que o agente praticou o fato nas condições do art. 15, I, II e III, do Código Penal, poderá, depois de ouvir o Ministério Público, conceder ao réu liberdade provisória, mediante termo de comparecimento a todos os atos do processo, sob pena de revogação.

Parágrafo único. Igual procedimento será adotado quando o juiz verificar, pelo auto de prisão em flagrante, a incomparecimento de qualquer das hipóteses que autorizam a prisão preventiva (arts. 311 e 312). (Incluído pela Lei nº 6.416, de 24.5.1977)